

## O MUNDO DO TRABALHO E A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

### *THE WORLD OF WORK AND THE MENTAL HEALTH OF THE WORKER*

Regina Maura REZENDE<sup>19</sup>

**RESUMO:** O trabalho é a ação do homem sobre a natureza, traduzida de forma livre e consciente. A realização do trabalho faz com que sejam expressas formas de criação que transcendem a produção "palpável", alcançando o plano subjetivo, ou seja, ela expressa forças físicas e espirituais. A partir do trabalho, o homem toma consciência de si. Na atualidade, as relações de trabalho apresentam-se de forma alienante, sendo traduzidas pela exploração física e mental do homem. O sofrimento mental surge do processo de busca frenética pela maximização do rendimento do trabalho, do risco de "descarte" do trabalhador que traduz a total ausência de valorização do conteúdo humano.

**UNITERMOS:** Mundo do trabalho; trabalho alienado; saúde/doença mental; sofrimento mental.

**ABSTRACT:** Work is man's action on nature, translated in a free and conscious way. The performance of work expresses creation ways which transcend the tangible production also reaching the subjective plan, that is, expressing physical and spiritual forces. From the work, man is conscious of himself. At the moment, the work relations present an alienating way, being translated by the physical and mental exploitation. The mental suffering comes up due to this process. The frenetic search for the maximisation of the production of work, the risk of the worker being "discarded", translate the total absence of the valorisation of the human content.

<sup>19</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Câmpus de Franca (SP), Brasil.

UNITERMS: World of work, mental illness, mental health, metal suffering, alienating work.

---

O trabalho é essa atividade tão específica do homem que funciona como fonte de construção, realização, satisfação, riqueza, bens materiais e serviços úteis à sociedade humana, podendo também significar escravidão, exploração, sofrimento, doença e morte. (Silva, 1987, p.218)

A definição de trabalho assume diferentes formas nas diversas disciplinas de ciências sociais e naturais, distanciando-se, muitas vezes, dos significados do termo na linguagem comum. Assim, na física o trabalho é definido como o "produto entre força e deslocamento", ao passo que na sociologia é considerado no "contexto da divisão do trabalho social" (Albornoz, 1986, p.14).

O trabalho, adotando-se qualquer definição, é o responsável pela promoção humana, no contexto da sociedade capitalista. O homem, por meio da produção, torna-se capaz de superar sua primitiva condição de servidor, alcançando assim sua liberdade. Como senhor de si, o homem é, também, escravo da obediência, do trabalho.

Desde as sociedades primitivas, o trabalho surge como complementar à natureza, passando através dos tempos como forma de o homem dizer a Deus seu agrado, com constância e submissão, chegando até os dias atuais, cuja tônica é trabalhar para consumir, não questionar, dar lucro, criar bens de consumo ou serviços, que se destinam a satisfazer necessidades também humanas.

Para alguns autores, a servidão do trabalho alienado castra o homem como ser político e pensante (Albornoz, 1986, p.75).

Segundo Resende (1987, p.22), nas sociedades pré-capitalistas, "diferentemente do que ocorre atualmente, nas sociedades capitalistas, aptidão ou inaptidão para o trabalho não era um critério importante na determinação do normal ou do anormal, isto porque as formas de organização do trabalho, naquelas so-

iedades, eram, por sua própria natureza, pouco discriminativas para as diferenças individuais". As atividades agrícolas e artesanais, predominantes da época, permitiam largas variações individuais e respeitavam o ritmo psíquico de cada trabalhador, pois esse ritmo era basicamente determinado pela natureza.

Como vimos, nas sociedades atuais, a qualificação de normalidades baseia-se nas diferenças individuais (sociais e culturais), cujo rótulo está, por vezes, intrinsecamente ligado à condição humana de produzir.

Nessas sociedades, referenciadas como evoluidamente humanísticas, com serviços que se destinam à preservação da saúde e dos direitos dos trabalhadores, ocorre também o surgimento de processos que propiciam a exploração física (e mental) desses trabalhadores, os quais são profundamente lesados.

Assim, podemos observar que o homem atual pode experimentar o trabalho como forma alienante, ao mesmo tempo em que lhe é oferecida sua possível condição terapêutica.

O trabalho é elevado a condição terapêutica, nas instituições abertas e fechadas, com objetivo principal de tratar a doença mental. Através do trabalho no campo e na terra, do artesanato e das artes em geral, valorizam-se diferenças e expressões individuais, objetivando-se a ressocialização e tratamento dos doentes mentais.

O aumento das estatísticas de doenças mentais dos últimos anos, segundo vários autores, pode estar diretamente relacionado às crises econômicas, cujo resultado acaba por ocasionar crises sociais que promovem intenso sofrimento físico e mental.

O sofrimento mental, como resultado de crises econômicas, com mudanças bruscas de economia, "pacotes" econômicos e desemprego, é o principal responsável pela fadiga que vai debilitando o organismo, gradativamente. O sofrimento mental resulta da organização do trabalho por meio da divisão do trabalho, do conteúdo da tarefa, do sistema hierárquico, das relações de poder, etc.

Friedman (1972) identifica dois componentes básicos potencialmente perigosos para a saúde mental: as perdas e as ameaças identificadas (apud Silva, 1987, p.58).

Acompanhados às crises econômicas, principalmente às perdas de emprego, são identificados crescentes aumentos nas taxas de suicídios e problemas psicossomáticos, além de perturbações funcionais. Ainda, posteriores às crises de desemprego e ao declínio da estabilidade econômica, são identificados consideráveis aumentos nas internações psiquiátricas.

Em tempos de crise, cabe ao trabalhador criar formas alternativas para manter-se equilibrado. Segundo Dejours (1992, p.120), os trabalhadores utilizam-se de estratégias defensivas, que controlam, razoavelmente, o sofrimento mental, impedindo o aparecimento de patologias como neuroses, psicoses e depressões.

As pressões impostas pelo ritmo do trabalho acabam por ocasionar diminuição no ritmo e na produção, remetendo o trabalhador a "descompensações" que se processarão com a diminuição desse ritmo. Cabe salientar que a exploração do sofrimento pela organização do trabalho não propicia doenças mentais específicas como neuroses e psicoses do trabalho.

Para Dejours (1992, p.122), devem-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações.

Assim, o mercado de trabalho está relacionado com todos os aspectos anteriormente citados, sofrendo as variações das crises econômicas, cujo reflexo vem incidindo diretamente sobre a oferta de emprego.

A relação do doente mental com o trabalho está vinculada a todas as variáveis abordadas até então, como a crise econômica e a organização do trabalho. Acresce-se a esses fatores, a precariedade das relações humanas, o que, por sua vez, influencia diretamente a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e sua manutenção nesse mercado.

## BIBLIOGRAFIA

1. Albornoz, S. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos, 171).
2. Amarante, P. (Org.) Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: SDE / ENSP, 1995. 143p.
3. Antunes, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a meta-morfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
4. Bravo, M. I. S. Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e prática profissionais. Rio de Janeiro: URFJ, 1996. 286p.
5. Campos, G. W. S. Reforma da reforma: repensando a saúde. São Paulo: Hucitec, 1992. cap. 4. p. 133-213.
6. Cerqueira, L. Psiquiatria social: problemas brasileiros de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Ateneu, 1984.
7. Cohn, A. (Org.) A saúde como direito e como serviço. São Paulo: Cortez, 1991. 164p.
8. Cooper, D. Psiquiatria e antipsiquiatria. Trad. Regina Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1989.
9. Codo, W. Saúde mental e trabalho: uma urgência prática. Psicologia, ciência e profissão, v.8, n.2, 1988.
10. Dejours, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. ampliada. Trad. Ana Isabel Paraguay e Lucia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
11. Dejours, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat, Jean-François. (Coord.) O indivíduo na organização: Dimensões esquecidas. v.II. trad. Arakcy Martins Rodrigues. São Paulo: Atlas, 1993.
12. Giordano Júnior, S. A persistência da higiene e a doença mental: contribuição à história das políticas de saúde mental no Estado de São Paulo. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo – USP.
13. Goffman, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
14. Gonçalves, Lúcia M. S. Rodrigues. Saúde mental e trabalho social. São Paulo: Cortez, 1983.
15. Hobsbawn, E. J. Mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
16. Lancetti, A. Prevenção, preservação e progresso em Saúde Mental. Saúde e Loucura. São Paulo: Hucitec, ano I, n.1, 1989. 119p.
17. Marsiglia, R. G. Saúde mental e cidadania. São Paulo: Mandacaru, 1990.

18. Marzarina, I. Trabalhador de saúde mental: encruzilhada da loucura. Saúde e loucura. São Paulo: Hucitec, ano I, n.1, 1989. 119p.
19. Pitta-Hoísel, A. M. Sobre uma prática de saúde mental. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.
20. Rezende, H. A política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: Tudis, S. A.; Costa, N. R. (Org.) Cidadania e loucura: políticos de saúde mental no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
21. Silva, E. S. Saúde mental e trabalho. In: Tudis, S. A. & Costa, N. R. Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. 288p.
22. Silva Filho, J. F. (Org.) Ética e Saúde Mental. Rio de Janeiro: Top Books, 1996. 126p.
23. Tundis, S. A.; Costa, N. R. Cidadania e loucura: política de saúde mental no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. 288p.
24. Weitbrecht, H. J. Manual de Psiquiatria. Madrid: Gredas, 1970.